

# humanitas



Vol. LXIII  
2011

às vezes capítulo a capítulo, praticamente sob todas as perspectivas que é possível aplicar-lhes. As metódicas e avalizadas explicações sobre instituições, organização administrativa, geografia urbana e provincial, monumentos e espaços públicos, enfim figuras e factos históricos, fazem do trabalho do Professor del Cerro uma excelente introdução não só às *Res Gestae*, mas às *Res Romanae* em geral.

Gostaria de salientar, como uma parte de particular interesse no seu estudo, a que é dedicada à comparação entre o texto latino, que se supõe uma cópia fiel do original, e a tradução grega. O Professor del Cerro conclui que o tradutor revela dificuldade em encontrar equivalentes adequados para termos tipicamente romanos como *imperium*, *imperator*, *potestas*, *res publica*, *auctoritas* ou *plebs*. Esta é, no fundo, uma dificuldade sentida também pelo tradutor moderno. Por esta razão, é de louvar a uniformidade conseguida pelo Professor del Cerro na tradução destes vocábulos. Deixo apenas, e para terminar, uma observação no que se refere à tradução da expressão *me principe* e suas variantes. No capítulo 32, este característico ablativo absoluto aparece traduzido da forma que me parece a mais correcta: “durante mi principado”. Porém, no capítulo 30, *ante me principem* é traduzido por “antes de mi mandato”. Pelas suas conotações de incumbência e de duração limitada, esta tradução seria aceitável do ponto de vista do obstinado empenho de Augusto na manutenção da legalidade republicana. O mesmo já não se pode dizer de uma terceira tradução que surge no capítulo 13: aqui, *me principe* é traduzido por “durante mi reinado”, algo que me parece que Augusto nunca diria, pelo menos oficialmente.

CARLA SUSANA VIEIRA GONÇALVES

CORNELLI, Gabriele e BELCHIOR, Mariana Leme (Organizadores), *Sobre as origens da Filosofia, Primeiros Ensaio*s, São Paulo, Universidade de Brasília, Archai Suplementa n°1, 2010.

1. A investigação na área da filosofia antiga tem recebido, sobretudo nos últimos anos, particular fomento no Brasil, com o surgimento de novos cursos, colóquios internacionais ou publicações especializadas que desse movimento dão conta. É o caso da Universidade de Brasília (com a qual Portugal tem estreita relação porquanto foi Agostinho da Silva um dos seus fundadores) onde se domicilia o *Grupo Archai: As Origens do Pensamento*

*Ocidental* que, sob a direcção do Prof. Dr. Gabriele Cornelli, desde 2001 desenvolve actividades académicas multidisciplinares e inter-institucionais relacionadas com a investigação dos fundamentos civilizacionais do Ocidente. Dentre as actividades desenvolvidas, releva-se a revista homónima, com incidência especialmente filosófica, da qual a presente obra inaugura a Colecção de *Supplementa*. Sem ser uma antologia propriamente multidisciplinar, oferece uma leitura sobretudo focada em temas de filosofia antiga, seguindo a linha histórico-filosófica do grupo que, sob o compromisso desta ordem metodológica, detém uma Cátedra Unesco para o seu labor.

2. Os onze estudos que constituem a obra apresentam-se pela ordem subsequente: Jonatas Rafael Alvares (“Por que é necessário falar de religiosidade no pitagorismo”, pp. 9-20), propõe-se apurar as relações do pitagorismo com uma experiência espiritual vivida, sugerindo que era dessa mesma experiência encarnacional que deviriam as doutrinas filosóficas consequentes. Para tal, estabelece uma recolha de fontes primárias, fundamentando-se ainda nas teses de Kahn, Burkert, Zeller, Cornford ou Huffman. Contudo, a condução do ensaio revela-se frágil na apresentação e na defesa de um argumento identificável, e o seu final mostra-se inconcludente face ao pertinente propósito titulado. Reincidindo na “questão pitagórica”, Angelo Balbino (“A questão das fontes para o estudo do pitagorismo”, pp.21-44) evidencia-a em duas partes constituintes: o domínio histórico através da averiguação sobre a biografia do sâmio, tratando por fontes Platão, Aristóteles, Aristóxeno de Tarento, Dicearco de Messina, Timeu de Taoroméio, Diógenes Laércio, Porfírio e Jâmblico, e o domínio filosófico atinente à reconstrução do pitagorismo, dedicando atenção a Tales de Mileto, Anaximandro de Mileto e Ferecides de Siro. O levantamento de fontes é muito completo, devidamente problematizado e assaz competente. Mariana Leme Belchior (“Uma nova interpretação platónica: a contribuição de Schleiermacher”, pp. 45-65), aborda a questão da interpretação face ao modelo cultural da antiguidade, avaliando os vários aspectos da hermenêutica através da história até alcançar o momento da contribuição de Schleiermacher, explorada com acuidade. Faltou, talvez, desenvolver o texto (a autora apresentou entretanto uma monografia sobre o mesmo tema na UnB), extraindo conclusões mais profícuas para o leitor, para que o “círculo hermenêutico” pudesse converter-se em espiral evolutiva, mas tem, indubitavelmente, a virtude de apresentar de um modo claro e sucinto o paradigma hermenêutico em causa para a interpretação da obra platónica. Já Thiago Rodrigo de Oliveira Costa (“Pensar o ethos como uma

produção estética existencial: subsídios a uma historiografia conceitográfica: o poder sobre a vida”, pp. 67-83), seguindo a linha do último Foucault, analisa a realidade das sociedades ocidentais contemporâneas, atendendo em particular à distribuição e diferenciação dos indivíduos em conjuntos assimétricos e a sua relação com o poder; assim, considera a questão do valor e da sua rarefacção, mas também dos mecanismos do constrangimento, da segregação e da sujeição, e ainda do poder sobre as massas, apresentando depois a proposta de superação por Foucault avançada (relativa à estética da existência). Todavia, discorrer sobre a civilização hodierna com recurso a conceitos gregos, recontextualizando-os para os propósitos em estudo, talvez não justifique a inclusão deste estudo numa selecta que se pretende concernente ao domínio da filosofia antiga. Por outro lado, o texto termina abruptamente, diríamos que por descuido editorial, uma vez que quando parecia seguir-se uma abordagem sobre o “cuidado de si” na filosofia de Platão, finaliza sem qualquer justificação. Carlos Luciano Silva Coutinho (“O antagonismo do espaço sacro clássico: entre a racionalidade e as forças instintivas do inconsciente”, pp. 85-103), num ensaio de elevado interesse intelectual, professa que a imagética arquitectónica sacra da Grécia clássica traduz não a eliminação do irracional ou dos instintos inconscientes presentes nos mitos, mas a sua reorganização, combinando a racionalidade *anabática* (a construção em altura e a simetria entre as partes) com a irracionalidade *katabática* (o peristilo e a cela), mostrando e harmonizando o antagonismo constitucional do humano. O templo, representação alegórica do homem, traduziria a estrutura psíquica, por um lado, e, por outro, o movimento de auto-conhecimento a cumprir. O autor entende que há uma interiorização das forças pulsionais outrora julgadas exteriores, dando-se uma antropomorfização e uma responsabilização ética das mesmas, passando-se de uma compreensão do mundo passiva a uma outra que se diz ser activa. Eryc de Oliveira Leão (“Empédocles de Acragas e o orfismo”, pp. 105-116) pretende mostrar a unidade racional e mitológica da filosofia de Empédocles em geral, e da linhagem órfica do seu pensamento em particular, baseando o argumento no cotejo do trecho inicial de *Purificações* (DK31 B112) com uma passagem do segundo livro da *República* de Platão (*Rep.* 364b.5-365a.3), numa exploração que terá sido insuficiente quanto à demonstração de matéria probatória. Verificou-se a repetição de seis frases em parágrafos subsequentes (2.2 e 3.1), reforçando a noção de erros editoriais que podemos reputar de graves. Walter Nascimento Neto (“O ovo filosófico e a galinha de Mileto: conjecturas sobre um início”, pp. 117-

132”) explora a justificação da afirmação do Estagirita que dá Tales como sendo o precursor da filosofia. Testa a ruptura de Tales com o modelo poético-mitológico, averiguando se tal ruptura se deu de facto ou se é resultado de uma delimitação económica e de certo modo arbitrária, por parte de Aristóteles. Faz derivar o reconhecimento aristotélico menos da apreciação da filosofia especulativa de Tales do que da legendária previsão do eclipse em 585 a.C. Rejeita o surgimento da filosofia *ex nihilo*, propondo uma causa faseada e multi-factorial, concluindo pela impossibilidade de uma delimitação rigorosa quanto a um ponto inicial para o surgimento da mesma. Rineu Quinalia (“Sócrates e a sofística: a propósito d’*As Nuvens* de Aristófanes”, pp. 133-144), num estudo que é o extracto adaptado de uma pesquisa monográfica, retoma o problema de Sócrates a partir de *As Nuvens* de Aristófanes, com o intuito de identificar a real relação do filósofo ateniense com a sofística, colocando a hipótese de ser ele um dos seus representantes. Valorizando a comédia como espelho social, defende que a caricatura de Sócrates encenada não podia contrapor a percepção pública uma vez que se tornaria irreconhecível e que, por outro lado, as acusações lá presentes foram mais tarde renovadas em tribunal. Para sustentar o argumento, colige informações de Diógenes Laércio, de Xenofonte e de Platão, concluindo que tal orientação designa um Sócrates mais autêntico do que o “mito virtuoso da perfeição moral” transmitido pela tradição. Não sendo inteiramente convincente, é decerto estimulante para relançar o debate sobre a questão. Vânia dos Santos Silva (“O esquecimento das mulheres filósofas, uma amnésia estratégica?”, pp. 145-158) assume que a desconsideração em relação às singularidades femininas no tempo equivale a um fenómeno de “des-historização” da história, valorizando os estudos feministas que denunciaram o estatuto dominante dos discursos tradicionais sobre a história (mormente os formados entre os séculos XVIII e XIX). Tenta demonstrar uma equivalência entre géneros na antiguidade através da apreciação do sentido comunitário das escolas filosóficas, da proposta educativa platónica (tendências contra-corrente na altura, cumpre recordar) ou do levantamento historiográfico de Diógenes Laércio. A autora parece valer-se da noção foucaultiana de corpo sem o explicitar, o que gera perplexidade na sua condução conceptual. Desatenderá, talvez, a um muito fecundo discurso de género, precisamente por centrar a investigação na noção de corpo e não em potências psico-físicas que indubitavelmente dependem do género. As mulheres terão, ousamos afirmar, um papel relevante na filosofia como na civilização, tanto maior quanto mais livremente

o puderem empreender de modo tipicamente feminino. Alálya Dullius de Souza (“Relações de Plotino com os gnósticos: o inefável um”, pp.159-169), num estudo muito bem concebido, procura isolar as influências que Plotino teria recebido do gnosticismo, identificando a teoria da união mística com o Uno, a doutrina da emanção ou o expediente da teologia negativa como exemplos de convergências sistémicas com o que o ideário gnóstico professava. Mostra que o magistério de Amónio Saccas estaria laivado de gnosticismo pela influência de Numénio de Apameia, de Valentim, ou de Basíledes. Mas o cerne do argumento prende-se com a experiência mística da unidade por Plotino reportada, numa instância transracional que só encontra paralelo na literatura gnóstica. Propõe-se, assim, o cotejo entre a *Enéada* VI 9 e os capítulos iniciais do *Apócrifo de João*, identificando em ambos os textos os paralelismos estruturais e de discursividade apofática. Talita de Carvalho Lobo Vianna (“Morte de Sócrates: máscaras cómicas na política ateniense”, pp. 171-181) tem por escopo analisar os motivos que conduziram à condenação de Sócrates, retomando a caracterização do Mestre por Aristófanes. Devemos assinalar que considerar a maiêutica socrática como não passando de “ostentação e fingimento” ou como sendo um escondimento entre “uma máscara de falsa modéstia, para rir dos seus interlocutores”, nos parece uma unidimensionalização redutora de algo justamente celebrado como maior. A autora infirma a influência final da comédia no julgamento de Sócrates, antes atribuindo a condenação à visão política do sábio que caracteriza de absolutista e de aproximada a uma qualquer forma de monarquia. Além das expressões oligárquica e democrática, exploradas no texto, a autora haveria de ter considerado a aristocracia (no seu sentido etimológico radical), diríamos uma aristocracia natural, que era afinal a modalidade política professada por Sócrates.

3. Sem esquecer que esta obra se anuncia como de “primeiros ensaios”, de jovens investigadores (embora integre contributos de um investigador com o grau de Mestre e de um professor da Universidade de Brasília, com o grau de Doutor), devemos tecer uma última consideração quanto à menos cuidada organização da mesma. Não raramente os textos enfermam de erros nas citações, por exemplo apresentando fontes que depois não constam nas referências finais. Também o critério de citação não é vantajoso mas torna-se obrigatório no Brasil, tendo os ensaios de obedecer às normas da ABNT. Não se compreende que, numa obra especializada, traduções de fontes primárias em grego sejam alheias quando no mesmo texto surgem

traduções próprias de línguas consideradas “acessíveis”. Seria ainda pertinente ordenar os textos segundo um critério útil e imediatamente entendível para o leitor, bem como uniformizar os critérios de apresentação do grego clássico (o grego original oscila com a opção transliterada). A despeito disto, e retendo a heterogeneidade qualitativa dos ensaios em apreciação, encontram-se contributos de elevada importância e interesse para a comunidade filosófica em geral.

PEDRO VISTAS

CORNELLI, Gabriele, LISI, Francisco L. (eds.), *Plato and the City*, Germany: Academia Verlag, Sankt Augustin, 2010, 143 pp.

Este conjunto de estudos editados por Gabriele Cornelli e Francisco L. Lisi funciona bem como um convite à reflexão sobre um variado número de temas sempre relacionados com questões de pensamento político clássico. A pluralidade de abordagens e aproximações desta publicação é variada; a própria profundidade das análises efectivadas em cada artigo é também diferente e múltipla; porém os onze textos compilados nesta obra gravitam todos em torno de questões que se prendem sempre com os problemas e as eternas controvérsias tão características da interpretação crítica do pensamento platónico, tanto mais que é aqui especificamente tratado do ponto de vista da teoria política antiga.

O prefácio dos editores é exíguo mas interessante pela verticalidade dos assuntos tratados; nele a referência inicial à acusação de Popper relativamente à inspiração platónica dos totalitarismos contemporâneos fundamenta e agudiza tanto o conflito de interpretações de que esta obra é sinal evidente como o real valor da teoria política platónica para os especialistas contemporâneos.

O primeiro artigo, de Anastácio Borges de Araújo Júnior, renova a tese de que há uma diferença fundamental entre a *República* de Platão e as *Leis*. Para Anastácio, no primeiro caso temos o filósofo rei que governa a cidade e no segundo caso assiste-se a uma alteração conceptual do pensamento platónico, com a introdução da ideia da soberania das leis. Vale a pena assinalar que neste artigo as citações tanto da *República* como das *Leis* são feitas a partir das traduções portuguesas vertidas seguidamente para inglês.